



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Septuagésima Sétima Sessão Ordinária Virtual Híbrida da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Décima Nona Legislatura, realizada em vinte e oito de setembro de 2020. A hora regimental registram presença no painel eletrônico as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados Adilson Espindula, Alexandre Xambinho, Bruno Lamas, Capitão Assunção, Carlos Von, Coronel Alexandre Quintino, Dary Pagung, Delegado Danilo Bahiense, Delegado Lorenzo Pazolini, Doutor Hércules, Dr. Emilio Mameri, Dr. Hudson Leal, Dr. Rafael Favatto, Eng. José Esmeraldo, Enivaldo dos Anjos, Erick Musso, Gandini, Iriny Lopes, Janete de Sá, Luciano Machado, Marcelo Santos, Marcos Garcia, Pr. Marcos Mansur, Raquel Lessa, Renzo Vasconcelos, Sergio Majeski, Theodorico Ferraço e Torino Marques e Vandinho Leite. O Sr. Presidente Torino Marques ocupa a cadeira da Presidência e invocando a proteção de Deus, declara aberta a sessão. O Sr. Presidente convida o Sr. Deputado Del Danilo Bahiense para proceder a leitura de um versículo da Bíblia. É feito um minuto de silêncio em homenagem a Sra. Helena Marques de Abreu. É dispensada a leitura da ata da sessão anterior e considerada aprovada. O Sr. Presidente faz leitura do seguinte expediente: Projeto de Lei nº 503/2020, do Deputado Luciano Machado, que institui o dia 02 de abril como o Dia Estadual em memória aos cidadãos que faleceram em virtude da Covid-19 e de Homenagem aos Profissionais da Saúde no Estado. À Comissão de Justiça na forma do artigo 276 do Regimento Interno. Projeto de Lei nº 504/2020, do Deputado Capitão Assunção, que dispõe sobre as concessionárias e permissionárias obrigarem a divulgar, nas plataformas digitais dos órgãos competentes, os relatórios de vistorias técnicas realizadas em viadutos, pontes, túneis, passarelas e quaisquer obras públicas, no âmbito do Estado. Junte-se ao Projeto de Lei nº 447/2020. Projeto de Lei nº 507/2020, do Deputado Bruno Lamas, que declara de Utilidade Pública a Associação “Com Manguinhos”, no Município de Serra/ES. À Comissão de Justiça na forma do artigo 276 do Regimento Interno. Projeto de Lei nº 508/2020, do Deputado Adílson Espíndula, que acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 28 da Lei Estadual nº 10.179, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Recursos Hídricos do Estado - SIGERH/ES e dá outras providências. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Finanças. Projeto de Lei nº 509/2020, do Deputado Carlos Von, que acrescenta item ao anexo único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Artesãos de Conceição da Barra - ARTBARRA, em Conceição da Barra/ES. À Comissão de Justiça na forma do artigo 276 do Regimento Interno. Projeto de Lei nº 513/2020, do Deputado Euclério Sampaio, que acrescenta item ao Anexo único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, declarando de Utilidade Pública a ONG Voluntários do Bem, com sede em Nova Venécia/ES. À Comissão de Justiça na forma do artigo 276 do Regimento Interno. Projeto de Lei nº 516/2020, do Deputado Delegado Lorenzo Pazolini, que dispõe sobre a cessão de passagens a policiais e bombeiros militares e policiais civis no sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado do Espírito Santo. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Mobilidade Urbana e de Finanças. Parecer oral, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 13ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 24/08/2020, que concluiu pela inconstitucionalidade, do Projeto de Resolução nº 09/2019, do Deputado Pr. Marcos Mansur, que altera a redação do artigo 54-B, do Regimento Interno, para redefinir e ampliar as atribuições da Comissão de Cooperativismo. Inclua-se na ordem do dia. Parecer n.º 156/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 12ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 17/08/2020, que concluiu pela manutenção do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, (votação unanime dos membros da Comissão de Justiça), do Projeto de Lei nº 941/2019, do Deputado Capitão Assunção, que estabelece honraria e promoção ao Policial Militar, no âmbito do Estado. Conforme decisão aprovada em Plenário, na Sessão Ordinária do dia 26/08/2019, o autor terá até (03 sessões) para apresentação de recurso da decisão do Parecer da Comissão de Justiça, conforme dispõe o inciso I do § 6º, do art. 23



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

do Regimento Interno, alterado recentemente pela Resolução n.º 6.360, publicada no DPL do dia 22/07/2019. Parecer n.º 206/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 14ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 31/08/2020, que concluiu pela manutenção do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, (votação unanime dos membros da Comissão de Justiça), do Projeto de Lei nº 613/2019, do Deputado Doutor Hércules, que institui a regularização Fundiária Urbana - REURB - no território estadual, a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. Conforme decisão aprovada em Plenário, na Sessão Ordinária do dia 26/08/2019, o autor terá até (03 sessões) para apresentação de recurso da decisão do Parecer da Comissão de Justiça, conforme dispõe o inciso I do § 6º, do art. 23 do Regimento Interno, alterado recentemente pela Resolução n.º 6.360, publicada no DPL do dia 22/07/2019. Parecer n.º 208/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 14ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 31/08/2020, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e aprovação, na forma do art. 276 do Regimento Interno, do Projeto de Lei nº 427/2020, do Deputado Coronel Alexandre Quintino, que acrescenta item ao Anexo I da Lei nº 10.975, de 14 de janeiro de 2019, denominando Jaurio Campanha, a Farmácia Cidadã do Município de Castelo/ES. Inclua-se na Ordem do Dia para cumprimento do prazo recursal. Parecer n.º 209/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 14ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 31/08/2020, que concluiu pela manutenção do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, (votação unanime dos membros da Comissão de Justiça), do Projeto de Lei nº 718/2019, do Deputado Alexandre Xambinho, que altera o art. 23 da Lei nº 2.449, de 23 de novembro de 1969, da criação do Departamento de Imprensa Oficial (DIO), passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo 2º, passando o atual Parágrafo Único à §1º, autorizando a publicar



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

gratuitamente no diário oficial eletrônico, balancetes e editais de associações, conselhos e entidades sem fins lucrativos. Conforme decisão aprovada em Plenário, na Sessão Ordinária do dia 26/08/2019, o autor terá até (03 sessões) para apresentação de recurso da decisão do Parecer da Comissão de Justiça, conforme dispõe o inciso I do § 6º, do art. 23 do Regimento Interno, alterado recentemente pela Resolução n.º 6.360, publicada no DPL do dia 22/07/2019. Parecer n.º 211/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 14ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 31/08/2020, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e aprovação, na forma do art. 276 do Regimento Interno, do Projeto de Lei n.º 665/2019, do Deputado Carlos Von, que acrescenta item ao Anexo II da Lei n.º 10.973, de 14 de janeiro de 2019, instituindo a Semana Estadual de Conscientização do Uso Saudável das Tecnologias Digitais, Internet e Mídias Sociais. Inclua-se na Ordem do Dia para cumprimento do prazo recursal. Parecer n.º 216/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 14ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 31/08/2020, que concluiu pela inconstitucionalidade, do Projeto de Lei n.º 809/2019, do Deputado Marcos Garcia, que proíbe a produção, comercialização e o uso de embalagens e recipientes de poliestireno destinados ao acondicionamento de alimentos e bebidas no Estado e dá outras providências. Inclua-se na ordem do dia. Parecer n.º 225/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e aprovação, com adoção de emenda aditiva, na forma do art. 276 do Regimento Interno, do Projeto de Lei n.º 405/2019, da Deputada Iriny Lopes, que acrescenta item ao Anexo Único da Lei n.º 10.976, de 14 de janeiro de 2019, declarando de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social do Estado (ASAPREVES). Inclua-se na Ordem do Dia para cumprimento do prazo recursal. Parecer n.º 229/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e aprovação, com adoção de emenda substitutiva, na forma do art. 276 do Regimento Interno, do Projeto de Lei nº 666/2019, da Deputada Janete de Sá, que acrescenta item ao Anexo I da Lei nº 10.973, de 14 de janeiro de 2019, instituindo o “Agosto Lilás – Mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher” no Estado. Inclua-se na Ordem do Dia para cumprimento do prazo recursal. Parecer n.º 230/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela inconstitucionalidade, do Projeto de Lei nº 762/2019, do Deputado Doutor Hércules, que dispõe sobre as diretrizes para implantação, pelos municípios, de Grupos de Promoção à Saúde, no âmbito da Estratégia de Saúde da Família na Atenção Básica do SUS e dá outras providências. Inclua-se na ordem do dia. Parecer n.º 233/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e aprovação, na forma do art. 276 do Regimento Interno, do Projeto de Lei nº 283/2019, da Deputada Janete de Sá e outros, que acrescenta item ao Anexo I a que se refere o art. 1º da Lei Ordinária nº 10.975, de 14 de janeiro de 2019, denominando de “Thayná Andressa de Jesus Prado” o espaço destinado ao funcionamento da Sala Lilás no Departamento Médico Legal de Vitória. Inclua-se na Ordem do Dia para cumprimento do prazo recursal. Parecer n.º 234/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e aprovação, na forma do art. 276 do Regimento Interno, do Projeto de Lei nº 790/2019, da Deputada Janete de Sá, que acrescenta item ao Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, declarando de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Decão, no Município de Montanha/ES. Inclua-se na Ordem do Dia para cumprimento do prazo recursal. Parecer n.º 235/2020, da



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e aprovação, na forma do art. 276 do Regimento Interno, do Projeto de Lei nº 365/2020, do Deputado Enivaldo dos Anjos, que altera o item 10, do Anexo II da Lei nº 10.975, de 14 de janeiro de 2019, incluído pela Lei nº 11.066, de 06 de novembro de 2019, que denominou Edson Machado a rodovia ES-341, que liga a ES-080, na localidade de Angelo Frechiani a ES-164, em Pancas/ES. Inclua-se na Ordem do Dia para cumprimento do prazo recursal. Parecer n.º 209/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 14ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 31/08/2020, que concluiu pela manutenção do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, (votação unânime dos membros da Comissão de Justiça), do Projeto de Lei nº 634/2019, do Deputado Alexandre Xambinho, que institui no Estado Lei de incentivo Fiscal ao Desporto, à prática desportiva e na realização de convênios e programas de cooperação mútua entre Ligas, Federações, Clubes, Associações, Atletas de esporte amador, profissional e olímpico do Estado do Espírito Santo, empresas, autarquias e nas pessoas físicas sediadas no Estado. Conforme decisão aprovada em Plenário, na Sessão Ordinária do dia 26/08/2019, o autor terá até (03 sessões) para apresentação de recurso da decisão do Parecer da Comissão de Justiça, conforme dispõe o inciso I do § 6º, do art. 23 do Regimento Interno, alterado recentemente pela Resolução n.º 6.360, publicada no DPL do dia 22/07/2019. Parecer n.º 229/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela inconstitucionalidade, do Projeto de Lei nº 672/2019, do Deputado Adílson Espíndula, que determina que as Estradas Rurais recebam denominação, incluindo informações de quilometragem correspondente à localização das propriedades rurais e fixa outras providências. Inclua-se na ordem do dia. Parecer n.º 238/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela inconstitucionalidade, do Projeto de Lei nº 639/2019, do Deputado Torino Marques, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras do serviço de telefonia fixa e móvel manter Postos de Atendimento Presencial (PAP) para os consumidores. Inclua-se na ordem do dia. Parecer n.º 239/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e aprovação, na forma do art. 276 do Regimento Interno, do Projeto de Lei nº 706/2019, do Deputado Capitão Assunção, que acrescenta item ao Anexo I da Lei nº 10.973, de 14 de janeiro de 2019, instituindo o dia Estadual da Oração, no âmbito do Estado, a ser comemorado, anualmente, na primeira sexta-feira do mês de Março. Inclua-se na Ordem do Dia para cumprimento do prazo recursal. Parecer n.º 241/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela inconstitucionalidade, do Projeto de Lei nº 692/2019, do Deputado Marcos Garcia, que proíbe a recusa de atendimento aos conveniados de planos de saúde por inadimplência por prazo inferior a 60 (sessenta) dias no âmbito do Estado. Inclua-se na ordem do dia Requerimento de Informação nº 106/2020, do Deputado Euclério Sampaio, ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, solicitando cópias dos atos de nomeação e exoneração de todos os servidores vinculados à vice-governadora de Estado ocorridas no período de janeiro/2019 até a presente data, dentre outras matérias correlatas. Oficie-se. Requerimento nº 025/2020, do Deputado Bruno Lamas, de retirada do Projeto de Lei nº 500/2020, de sua autoria, que institui o Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado - FM TCE/ES. Defiro. Requerimento nº 079/2020, do Deputado Delegado Lorenzo Pazolini, nos termos do artigo 81, §3º do Regimento Interno, que seja retirada da Comissão de Justiça, a Proposta de Emenda Constitucional nº 032/2019, de sua autoria e outros, que altera dispositivos da Constituição Estadual para adequação com as



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

alterações trazidas pela Emenda Constitucional Federal nº 104, de 4 de dezembro de 2019. Defiro. Requerimento nº 080/2020, do Deputado Delegado Lorenzo Pazolini, nos termos do artigo 81, §3º do Regimento Interno, que seja retirada da Comissão de Cidadania, o Projeto de Lei nº 951/2019, de sua autoria, que dispõe sobre o Incentivo à Instituição de Casas de Passagem ao cidadão que necessite de tratamento médico-hospitalar ou de realização de exames médicos fora de seu domicílio e adota outras providências. Defiro. Requerimento nº 081/2020, do Deputado Delegado Lorenzo Pazolini, nos termos do artigo 81, §3º do Regimento Interno, que seja retirada da Comissão de Finanças, o Projeto de Lei nº 598/2019, de sua autoria e outros, que dispõe sobre a devolução do valor pago da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior localizados no Estado. Defiro. 2ª parte: expediente sujeito a deliberação: Requerimento de Urgência nº 157/2020, do Deputado Dary Pagung, Líder do Governo, ao Projeto de Lei nº 472/2020, oriundo da Mensagem Governamental nº 139/2020, que introduz alterações na Lei nº 7.000, de 27 de dezembro de 2001, antecipando parcialmente na entrada o ICMS de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação no território deste Estado. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento. Posto em votação o requerimento é aprovado contra um voto. Parecer oral da Comissão de Justiça, em votação realizada na 13ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 24/08/2020, que concluiu pela rejeição do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, do Projeto de Lei nº 924/2019, do Deputado Capitão Assunção, que dispõe sobre o uso de equipamentos de proteção individual e instrumentos de menor potencial ofensivo pelo Agente Socioeducativo. O Sr. Presidente coloca em votação o Parecer da Comissão de justiça. Posto em votação o Parecer é aprovado. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Cidadania, de Segurança e de Finanças. Parecer oral da Comissão de Justiça, em votação realizada na 13ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 24/08/2020, que concluiu pela rejeição do despacho denegatório do





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Senhor Presidente da Mesa Diretora, do Projeto de Lei nº 207/2020, do Deputado Capitão Assunção, ficam as operadoras de celular obrigadas a possuir um banco de dados dos clientes com terminal de reconhecimento facial e biometria digital, no âmbito do Estado. O Sr. Presidente coloca em votação o Parecer da Comissão de Justiça. Posto em votação o Parecer é aprovado. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor, de Tecnologia e de Finanças. Parecer oral da Comissão de Justiça, em votação realizada na 14ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 31/08/2020, que concluiu pela rejeição do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, do Projeto de Lei nº 40/2020, do Deputado Vandinho Leite, que regulamenta o disposto nos artigos 193, inciso III e artigo 244, § 3.º, inciso II, alínea ‘b’ da Constituição do Estado, no que se refere à exigência de níveis mínimos de tratamento de Esgotos Sanitários, antes de seu lançamento em corpos d’água e dá outras providências. O Sr. Presidente coloca em votação o Parecer da Comissão de Justiça. Posto em votação o Parecer é aprovado. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Saneamento, de Meio Ambiente e de Finanças. Parecer n.º 212/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 14ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 31/08/2020, que concluiu pela rejeição do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, do Projeto de Lei nº 764/2019, do Deputado Marcos Garcia, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura de vagões de carga que trafeguem pelos Municípios do Estado e dá outras providências. O Sr. Presidente coloca em votação o Parecer da Comissão de justiça. Posto em votação o Parecer é aprovado. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Cidadania, de Segurança e de Finanças. O Sr. Presidente coloca em votação o Parecer da Comissão de Justiça. Posto em votação o Parecer é aprovado. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Mobilidade, de Meio Ambiente e de Finanças. Parecer oral, da Comissão de Justiça, em



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela rejeição do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, do Projeto de Lei nº 478/2019, da Deputada Janete de Sá, que dispõe sobre o fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas públicas do Estado e dá outras providências. O Sr. Presidente coloca em votação o Parecer da Comissão de Justiça. Posto em votação o Parecer é aprovado. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Saúde, de Educação e de Finanças. Parecer oral, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela rejeição do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, do Projeto de Lei nº 549/2019, da Deputada Janete de Sá, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de motorista e cobrador, sem acúmulo de função, nos veículos de transportes coletivos metropolitanos no Espírito Santo e, dá outras providências. O Sr. Presidente coloca em votação o Parecer da Comissão de Justiça. Posto em votação o Parecer é aprovado. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Cidadania, de Mobilidade e de Finanças. Parecer oral, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela rejeição do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, do Projeto de Lei nº 755/2019, do Deputado Capitão Assunção, que estabelece a obrigatoriedade da realização de exame genético que detecta trombofilia nas mulheres, no âmbito do Estado. O Sr. Presidente coloca em votação o Parecer da Comissão de Justiça. Posto em votação o Parecer é aprovado. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de saúde e de Finanças. Parecer oral, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela rejeição do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, do Projeto de Lei nº 843/2019, do Deputado Gandini, que



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

estabelece a realização do exame de sangue CPK em crianças recém-nascidas na rede pública estadual de saúde, com o fim de diagnosticar precocemente a Distrofia Muscular de Duchenne. O Sr. Presidente coloca em votação o Parecer da Comissão de Justiça. Posto em votação o Parecer é aprovado. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Saúde e de Finanças. O Sr. Presidente coloca em votação o Parecer da Comissão de Justiça. Posto em votação o Parecer é aprovado. Após o cumprimento do artigo 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Saúde e de Finanças. Parecer n.º 222/2020, da Comissão de Justiça, em votação realizada na 15ª Reunião Ordinária (virtual) conforme Ata Taquigráfica, publicada no DPL em 09/09/2020, que concluiu pela manutenção do despacho denegatório do Senhor Presidente da Mesa Diretora, (votação não unanime dos membros da Comissão de Justiça), do Projeto de Lei n.º 290/2019, da Deputada Raquel Lessa, que institui o Projeto “Prevenção da Violência Doméstica com Estratégia Saúde da Família”, voltado à proteção das crianças e adolescentes, dos idosos e das mulheres em situação de violência, por meio da atuação preventiva dos(as) Agente Comunitários(as) de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo. O Sr. Presidente coloca em votação o Parecer da Comissão de Justiça. Posto em votação o Parecer é aprovado. Arquite-se. Indicação n.º 1870/2020, do Deputado Renzo Vasconcelos, ao Governador do Estado, para concessão de blocos de concreto intertravados (espinha de peixe) do tipo holandês para calçamento na Comunidade Córrego da Pedra Bonita, Município de Pancas/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação n.º 1871/2020, do Deputado Renzo Vasconcelos, ao Governador do Estado, para concessão de um secador e uma máquina de beneficiar café 7.000 litros, em favor da Associação dos Agricultores Familiares de Picadão, localizada no Município de Laranja da Terra/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação n.º 1872/2020, do



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado Renzo Vasconcelos, ao Governador do Estado, para concessão de um trator 4x4, traçado, reduzido e com implemento de caçamba basculante hidráulica, para a Associação de Pequenos Agricultores de Pedra Torta, localizada no Município de Águia Branca/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1873/2020, do Deputado Renzo Vasconcelos, ao Governador do Estado, para concessão de um caminhão com carroceria e um secador de café de 90 sacos, para a Associação de Pequenos Agricultores e Apicultores Chama Viva, localizada no Córrego Alto Pancas, Município de Pancas/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1874/2020, do Deputado Renzo Vasconcelos, ao Governador do Estado, para pavimentação do trecho da Comunidade do Córrego Cascatinha, no Município de Colatina/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1875/2020, do Deputado Renzo Vasconcelos, ao Governador do Estado, para concessão de um pilador e beneficiadora de café - modelo 800 arrobas, para a Associação dos Produtores Rurais do Córrego Caximbausinho e Região - APRUC, localizada no Córrego de Bebedouro, Município de Jaguaré/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1876/2020, do Deputado Renzo Vasconcelos, ao Governador do Estado, para concessão de um trator roçadeira, para a Associação Colatinense de Futebol Master, localizada no Município de Colatina/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1877/2020, do Deputado Renzo Vasconcelos, ao Governador do Estado, para concessão de uma retroescavadeira cabine fechada, em favor dos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

munícipes de São Gabriel da Palha/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1878/2020, do Deputado Renzo Vasconcelos, ao Governador do Estado, para concessão de um Micro Trator 14cv, para atender aos produtores rurais do Distrito de São Geraldo, Mantenópolis/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1879/2020, do Deputado Dr. Hudson Leal, ao Governador do Estado, para implantação de Torre de Telefonia e Internet 3G na Comunidade de Santa Maria de Araguaia, no Município de Marechal Floriano/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1880/2020, do Deputado Luciano Machado, ao Governador do Estado, para recuperação do calçamento da Rodovia ES 190, do Km 29 ao Km 31, dentro do Distrito de Santa Marta, Município de Ibitirama/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1881/2020, do Deputado Luciano Machado, ao Governador do Estado, para reconhecimento do trecho da Rodovia ES-185, do Km 40 ao Km 54 com o nome de “Avenida João Ogioni Sobrinho”, bem como sua sinalização. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1882/2020, do Deputado Luciano Machado, ao Governador do Estado, para Colocação de 02 (duas) lombadas no perímetro urbano do Distrito de São Tiago, Município de Guaçuí/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1884/2020, do Deputado Luciano Machado, ao Governador do Estado, para Colocação de 02 (dois) quebra-molas ou lombadas na Rodovia ES-185, próximo à Fazenda



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Aparecida, Município de Guaçuí/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1885/2020, do Deputado Carlos Von, ao Governador do Estado, para elevar a frota de ônibus disponíveis na linha 669, responsável pelo transporte de moradores no Bairro Village do Sol, Guarapari/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1886/2020, do Deputado Coronel Alexandre Quintino, ao Governador do Estado, para realização de obra de reforma e manutenção da sede do 3º Batalhão da Polícia Militar, localizado no Município de Alegre/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1887/2020, do Deputado Luciano Machado, ao Governador do Estado, para implementar em conjunto com os governos Federal e Municipais um programa de transporte e acessibilidade a acadêmicos com deficiência física e mental, para as unidades de ensino públicas. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1888/2020, do Deputado Luciano Machado, ao Governador do Estado, para instalação de torre de telefonia móvel na região de Outeiro, Sossego e Gabiroba, localizada no distrito de Itabapoana no Município de Mimoso do Sul/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1889/2020, do Deputado Luciano Machado, ao Governador do Estado, para instalação de redutores de velocidade nas rodovias Estaduais e nas rodovias Federais da Região Sul do Estado. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1890/2020, do Deputado Torino Marques, ao Governador do Estado, para instalação de abrigo de pontos de ônibus em toda Grande Vitória. O Sr. Presidente



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1891/2020, do Deputado Torino Marques, ao Governador do Estado, para cobertura do canal da costa no Município de Vila Velha/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Indicação nº 1892/2020, do Deputado Carlos Von, ao Governador do Estado, para adoção de medidas administrativas e concretas necessárias para que sejam realizadas melhorias naquele local, a fim de restabelecer as condições de segurança e qualidade de vida aos moradores da região, onde parte do cais desabou, no Bairro Perocão, em Guarapari/ES. O Sr. Presidente coloca em discussão a indicação. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a indicação é aprovada. Pedindo e obtendo a palavra pela ordem o Sr. Deputado Sergio Majeski solicita inversão da ordem do dia. O Sr. Presidente coloca em votação. Posto em votação é aprovado. Ordem do dia: É anunciada discussão única, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 478/2020, do Deputado Enivaldo dos Anjos, que altera os incisos I e II do art. 27 da Lei nº 6.557, de 08 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as terras de domínio do Estado e sua atuação no processo de discriminação e regularização fundiária e dá outras providências. Publicado no ares digital do dia 10/09/2020. Na Comissão de Justiça o relator, Deputado Gandini, se prevaleceu do prazo regimental para relatar a matéria na sessão ordinária (virtual) do dia 16/09/2020. (Prazo até o dia 23/09/2020). Baixa de pauta a pedido do autor. O Sr. Presidente defere. É anunciada discussão única, em regime de urgência, do Projeto de Resolução nº 15/2020, da Mesa Diretora, que altera o inciso I do artigo 4º da Resolução nº 3.637, de 10 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Regimento Interno da Escola do Legislativo “Antônio José Miguel Feu Rosa”. Publicado no ares digital do dia 15/09/2020. Na Comissão de Justiça o relator, Deputado Gandini, se prevaleceu do prazo regimental para relatar a matéria na sessão ordinária (virtual) do dia 23/09/2020. (Prazo até o dia 30/09/2020). O Sr. Presidente convoca a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Justiça, para oferecer parecer oral ao projeto. O Sr. Deputado Gandini se prevalece de prazo regimental. É anunciada discussão única, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 496/2020, oriundo da Mensagem Governamental nº 155/2020, que dispõe sobre a aplicação no âmbito do Estado das ações emergenciais destinadas ao setor cultural instituídas pela Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Publicado no ares digital do dia 18/09/2020. (Assume a Presidência o Sr. Deputado Theodorico Ferraço). É feita reunião conjunta das Comissões de Justiça, Cultura e de Finanças. O Sr. Deputado Torino Marques faz a convocação das Comissões, avoca a matéria para relatar e opina pela Constitucionalidade e aprovação do projeto. Não havendo oradores, o Sr. Presidente anuncia a votação do parecer, sendo aprovado pelos membros das Comissões. A matéria é devolvida a Mesa. (assume a Presidência o Sr. Deputado Torino Marques). O Sr. Presidente coloca em discussão o projeto. Não havendo oradores, encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posto em votação o Projeto é aprovado. A Secretaria para Extração dos Autógrafos. É anunciada discussão única do Projeto de Lei nº 752/2019, do Deputado Delegado Lorenzo Pazolini, que obriga as empresas prestadoras de serviços de internet a apresentar ao consumidor, na fatura mensal, gráficos que informem a velocidade diária média de envio e recebimento de dados entregues no mês. Publicado no DPL do dia 17/09/2019. (Em anexo por se tratar de matéria correlata, Projeto de Lei n.º 757/2019, do Deputado Carlos Von). Pareceres orais, nos termos do art. 81 § 3º do Regimento Interno, da Comissão de Justiça pela constitucionalidade/legalidade, acolhendo a emenda aditiva apresentada pelo próprio autor e rejeitando o Projeto do Deputado Carlos Von; da Comissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Finanças, todos pela aprovação, acolhendo a emenda aditiva apresentada pelo próprio autor e rejeitando o Projeto do Deputado Carlos Von. O Sr. Presidente coloca em discussão a matéria. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação a matéria é aprovada com emenda. A Comissão de Justiça para Redação Final. Faz





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

justificação de voto o Sr. Deputado Del Lorenzo Pazolini. O Sr. Presidente convoca a Comissão de Justiça, para oferecer parecer oral a Redação Final. O Sr. Deputado Enivaldo dos Anjos faz a convocação e avoca para relatar a matéria que opina pela Constitucionalidade. Não havendo oradores, o Sr. Presidente anuncia a votação do parecer, sendo aprovado pelos membros da Comissão. A matéria é devolvida a Mesa. O Sr. Presidente coloca em votação a Redação Final. Posta em votação a Redação Final é Aprovada. A Secretaria para Extração dos Autógrafos. É anunciada discussão prévia do Projeto de Lei nº 774/2019, do Deputado Capitão Assunção, que dispõe sobre a instalação de vestiários nos prédios comerciais e congêneres, no âmbito do Estado. Publicado no DPL do dia 20/09/2019. Parecer n.º 193/2020, da Comissão de Justiça pela inconstitucionalidade, publicada no DPL em 24/08/2020. O Sr. Presidente coloca em discussão o Parecer da Comissão de Justiça. Não havendo oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. Posta em votação o Parecer é aprovado contra um voto. Arquite-se. É anunciada discussão prévia do Projeto de Resolução nº 04/2018, do Deputado Sergio Majeski, que modifica dispositivos do Regimento Interno, dispondo sobre o desconto na remuneração em caso de falta às reuniões das Comissões. Publicado no DPL do dia 26/02/2018. Parecer n.º 203/2020, da Comissão de Justiça pela inconstitucionalidade, publicada no DPL em 24/08/2020. O Sr. Presidente coloca em discussão o Parecer da Comissão de Justiça. Discute a matéria o Sr. Deputado Sergio Majeski. Não havendo mais oradores encerra a discussão e anuncia a sua votação. (Assume a Presidência o Sr. Deputado Theodorico Ferraço). (Assume a Presidência o Sr. Deputado Torino Marques. Posta em votação o Parecer é aprovado contra onze votos. Arquite-se. É anunciada discussão especial, em 1ª sessão, do Projeto Lei nº 1042/2019, do Deputado Del. Lorenzo Pazolini, que dispõe sobre ações para o combate permanente à violência nas instituições de ensino do Estado, e dá outras providências. Publicado no DPL do dia 11/02/2020. Não havendo oradores a matéria segue para a segunda sessão. É anunciada discussão especial, em 1ª sessão, do Projeto de Lei nº 84/2020, do



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado Adílson Espíndula, que altera o § 1º do Art. 4º da Lei Estadual nº 10.976 de 14 de Janeiro de 2019, que consolidou a legislação em vigor referente à declaração de utilidade pública no âmbito do Estado. Publicado no ares digital do dia 04/02/2020. Não havendo oradores a matéria segue para a segunda sessão. Pedindo e obtendo a palavra pela ordem o Sr. Deputado Sergio Majeski solicita que seja suprimida a fase das comunicações e que passe para o Grande Expediente. O Sr. Presidente coloca em votação. Posto em votação é aprovado. Passa-se para o Grande Expediente: Faz uso da palavra na fase dos oradores a Srs. Deputada Iriny Lopes ( Assume a Presidência o Sr. Deputado Adilson Espindula). Faz uso da palavra nas Lideranças Partidárias como Lider do PMN a Sra. Deputada Janete de Sá. Continuam fazendo uso da palavra na fase dos oradores os Srs. Deputados Luciano Machado, Raquel Lessa, Sergio Majeski, Theodorico Ferração, Doutor Hércules, Dr. Rafael Favatto e Eng. José Esmeraldo. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente diz que irá encerrar a sessão antes, porém convida as Sras. e Srs. Deputados para a próxima que será ordinária no dia 29 de setembro, no horário regimental. (Deixa de comparecer a sessão o Sr. Deputado Euclério Sampaio).Encerra-se às dezessete horas e três minutos.